



AMÉRICA LATINA: TEORIA DA DEPENDÊNCIA E NEOLIBERALISMO COMO ENGRENAGENS DE UM PROCESSO HISTÓRICO DE DOMINAÇÃO DO CAPITALISMO

GILBERTO LUNA⁶

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar a Teoria da Dependência e o Neoliberalismo, através de fatores endógenos e exógenos como elementos de um sistema articulado do capitalismo, visando atender as demandas dos países do centro, por meio da dominação dos países da periferia. Foi utilizada como referencial teórico, a pesquisa bibliográfica de autores como Theotônio dos Santos, Florestan Fernandes, Perry Anderson, José Paulo Netto, e outros.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo, Dominação, Dependência, Exploração, Neoliberalismo.

ABSTRACT: This article aims to analyze the Dependency Theory and Neoliberalism, through endogenous and exogenous factors, as elements of an articulated system of capitalism aiming to meet the demands of central countries, through the domination of peripheral countries. Using as theoretical reference, the bibliographic and digital research of authors such as Theotônio dos Santos, Florestan Fernandes, Perry Anderson, José Paulo Netto, and others.

KEYWORDS: Capitalism, Domination, Dependence, Exploitation, Neoliberalism.

Introdução

A gênese do processo de dominação externa das nações latino-americanas se deu por intermédio da “expansão da civilização ocidental”, que subjugou os povos nativos da região através de um colonialismo organizado e sistemático, dando início, assim, a uma espoliação dos respectivos povos e uma exploração predatória dos recursos naturais, por aqueles que são designados por “Conquistadores”, a saber, os espanhóis e portugueses, conforme Florestan Fernandes (1975).

Com efeito, a estrutura de dominação implantada pelos colonizadores, refletia interesses econômicos e valores das Coroas e de seus representantes a frente da empreitada, o que culminou na transferência dos padrões ibéricos em termos de estrutura social, adaptados ao processo de escravidão dos nativos, africanos ou mestiços. Assim, apenas os colonizadores poderiam participar das estruturas de poder e de transmitir posição social.

⁶ Graduando do curso de Ciências Sociais da UFRPE.



Sob diversos aspectos, a assimetria entre os colonizadores e povos colonizados da América Latina estava presente na temática que envolveu o século XIX, tendo civilização e barbárie no cerne da questão sobre desenvolvimento, de modo que o atraso ou dependência na região eram vistos como resultado da presença de não-europeus em sua maioria. Verificava-se, então, que a América Latina não apresentava desenvolvimento autônomo, mas sim importava conhecimento científico e tecnologias, o que era observado na segunda metade do século XIX (SANTOS, 1998), como resultado da escolha dos produtores rurais, comerciantes urbanos e das classes dominantes (FERNANDES, 1975). Nisso, tinha-se como agravante nesse processo de dependência, a cumplicidade das classes exportadoras locais, de modo que optaram por manter as estruturas econômicas criadas pelo sistema colonial. Evitando, assim, eventuais custos de uma mudança, de modo que a dominação externa com face imperialista e o capitalismo dependente emergiram como um elemento histórico na América Latina, conforme Florestan Fernandes (1975). Os atores e instrumentos dessa dominação mudaram ao longo do século XX, de modo que antes operavam sob grande influência da Inglaterra, a partir da reorganização da economia mundial, tendo a Revolução Industrial como força motriz, à luz do liberalismo clássico. Nessa esteira, entra em cena então a hegemonia dos EUA, no comando da economia mundial por intermédio de um novo avanço do capitalismo do pós 2ª Guerra Mundial, especialmente no começo da década de 70, isto é, através do neoliberalismo.

Teoria da dependência

Diante da crise financeira mundial de 1929, as economias latinas americanas necessitaram substituir produtos importados dos países de centro por produtos nacionais, e isso levou a um processo de industrialização regional (SANTOS, 1998). Foi nessa esteira que surgiu a teoria da dependência, a partir da produção de intelectuais latinos elaborada entre 1964 e 1967, como forma de elucidar os meandros do desenvolvimento socioeconômico da região, registrado entre 1930 e 1945. Já em termos de definição, a teoria da dependência aponta para manutenção de assimetrias históricas, submetendo povos não europeus aos europeus e EUA, a saber:

Trata-se de uma explicação para compreender as razões sociais, econômicas e históricas que concorrem para manter a situação de pobreza de grande parcela das sociedades nacionais. No plano externo, a teoria da dependência também é utilizada para analisar as desigualdades políticas e econômicas existentes entre os Estados industrializados, grosso modo localizados no Hemisfério Norte, e os dependentes, pobres do Hemisfério Sul. É a dicotomia centro e a periferia. (ALEXANDRE, 2013, p. 108)



Assim, a teoria da dependência busca demonstrar que o sistema econômico mundial apresenta uma dicotomia, uma cisão não natural, em que ao Norte estão os países ricos e centrais, enquanto ao Sul, os mais pobres, com grandes índices de desigualdade social e econômica, e geralmente são fornecedores de matéria prima ou produtos com baixo valor agregado. Além disso, a teoria da dependência tenta compreender as razões que explicam o fato de o Brasil continuar pobre, já que muitos economistas viam na industrialização uma forma de superar a pobreza (HAJE, 2013) através da abertura de processos democráticos e melhoria na distribuição de renda.

Entretanto, a teoria da dependência sinalizou que essa visão desenvolvimentista focada na industrialização (SANTOS, 1998), não resultaria nesse processo esperado, porque isso não significava autonomia local na tomada de decisão, já que o cerne da gestão dos investimentos era externo, centralizado na sede das empresas multinacionais, localizadas nos países que ditavam os rumos da economia mundial.

Nessa esteira também se verifica a frustração com a expectativa de distribuição de renda mais equânime, pois o oligopólio do capitalismo se inclina à concentração em grandes grupos empresariais que dominam a economia. Diferentemente do começo da industrialização europeia, em que o homem do campo conseguia sua inserção como operário urbano, verifica-se nesta visão desenvolvimentista, que considera a industrialização moderna como força motriz principal, que a importação de tecnologia significa usar menos mão de obra, e assim a industrialização dependente não suprirá a demanda de mão de obra vinda do campo e de atividades de autoconsumo que buscam trabalho nas metrópoles dos países periféricos.

É válido ressaltar que essa migração do trabalhador do campo em direção aos centros urbanos ocorreu devido à destruição da economia de autoconsumo e às transformações nas relações capitalistas no campo, enfatiza Theotônio dos Santos (1998). Retomando ao período recessivo de 1929, verifica-se, então, que ele foi marcado por uma crise global e duas guerras mundiais, uma integração da economia mundial sob a hegemonia dos EUA, e o capital acumulado por eles se expandiu pelo mundo, orientado por investimentos na área industrial. Dessa forma, ocorreu um processo de internacionalização do capital sob a égide dos EUA e instituições internacionais e multilaterais definidas em Bretton Woods, sendo essas instituições detalhadas por Carlos Márcio (2013). Com efeito, as corporações multinacionais implantadas entre as décadas de 40 e 60, foram frutos de articulação do processo de expansão do capital internacional e teve como base as indústrias instaladas nos países dependentes e coloniais nos anos 30 e 40.



Então, a partir desse ponto começa uma ruptura com a ideia de que o subdesenvolvimento é ausência de desenvolvimento, e se inicia uma compreensão de que subdesenvolvimento e desenvolvimento pertencem a um processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, entendendo esse como um sistema mundial que produz simultaneamente subdesenvolvimento e desenvolvimento.

Num primeiro momento, a partir de um processo histórico, o crescimento industrial da região se tornou inseparável do setor exportador, sob influência da redução de 50% no comércio mundial na crise de 1929 (FRANK, 1991 Apud SANTOS, 1998, p. 68), por intermédio de substituição das importações. Depois, essa dependência foi organizada a nível acadêmico e passou a ser conceitual. Com o objetivo de eliminar empecilhos ao desenvolvimento, surge em 1947 a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), vinculada à ONU, que era uma organização com proposições de políticas e assessorias a governos, através de estudos, visando à eliminação de dificuldades ao processo de industrialização e desenvolvimento da região. Todavia, essa proposta não alterava as estruturas de poder vigentes, mantendo, assim, as assimetrias existentes entre centro e periferia.

Com efeito, há consenso entre a CEPAL e a teoria da dependência apenas no ponto de partida sobre a visão do capitalismo como um sistema mundial. Entretanto, ocorre divergência na interpretação da CEPAL ao considerar subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas sequenciais, ao passo que são vistos como fases diferentes, mas vinculadas, e são analisadas como produtos do capitalismo, pelos teóricos da dependência, segundo Ruy Mauro (1992).

Contundente em suas proposições, e não aceitando aprisionar a revolução na América Latina ao contexto da revolução burguesa (FRANK, 1991 APUD SANTOS, 1998) interpreta o universo colonial como um sistema de expropriação de excedentes econômicos nos cantos mais longínquos, e nessa esteira o surgimento da América Latina se deu para atender as demandas capitalistas da Europa.

Vânia Bambilra (2013) analisa a desnacionalização da indústria na América Latina a partir do final da década de 50, resultante da entrada de capital estrangeiro, ao examinar o grupo de países que inclui Brasil, México, Argentina, Chile, Uruguai e Colômbia. A autora evidencia nesse estudo, dentre outros fatores, que o excedente econômico do centro hegemônico impõe uma lógica de abertura de novos mercados nos países periféricos, a fim de implantar empresas de grande porte e, assim, esses mercados absolverem máquinas e equipamentos ultrapassados, bem como a consequente demanda para a renovação de peças. A partir da mão de obra barata e abundante nos países periféricos, ocorrerá maior taxa na extração da mais valia, além de medidas políticas como redução ou isenção fiscal, incentivos alfandegários, facilitação para remessas de lucros ao exterior, adoção de políti-



cas econômicas recomendadas pelo FMI, aplicação de medidas repressivas para contenção do movimento operário, de modo a garantir o lucro das empresas, e etc. Destacando que, pós Segunda Guerra, inicia-se uma mudança de foco, em que não mais interessa vender a máquina como mercadoria, mais sim a implantação de multinacionais nos países periféricos. Com efeito, esse caminho de dependência, principalmente dos EUA, foi consolidado com o golpe civil-militar de 1964, já que a possibilidade de um projeto alternativo baseado na ampliação do processo de industrialização local iria demandar mudanças, como reforma agrária, criação de um mercado interno, capacitação técnica e intelectual, o que acabou criando insegurança contra o poder político e ideológico da burguesia brasileira.

É oportuno evidenciar que a intervenção na América Latina pelos EUA (SANTOS, 1998) fez parte da implantação de um projeto de desenvolvimento elaborado nos anos 50, moldado na Universidade de Stanford, Califórnia, que apontava como sendo imperativa a criação de uma elite militar, empresarial, envolvendo até sindicato, a fim de viabilizar um regime político estável e modernizador, de forma a manter a região dentro da órbita de interesse e subserviência aos EUA, conforme destaca Theotônio dos Santos (1998).

Ainda em 1960, Fernando Henrique Cardoso (FHC), um dos principais defensores de uma das correntes da teoria da dependência, apontou a fragilidade da burguesia nacional bem como sua falta de protagonismo na participação do capital estrangeiro, reconhecendo em 1974 que o desenvolvimento dependente seria um caminho sem volta.

Nesse sentido, necessitava torná-lo conciliável com a democracia representativa, que teria como obstáculo o corporativismo e uma burguesia conservadora, que acabou por reduzir a capacidade de negociação internacional do Brasil, por conta da dependência surgida pelo avanço tecnológico nos anos 70, além de uma nova divisão internacional do trabalho, fruto de uma acomodação da indústria mundial.

Todavia não faltaram críticas a essa posição de FHC, entre elas está a de que o processo de subordinação dos países periféricos aos países do centro não figura como desvantagem e multiplicador de pobreza (SANTOS, 1998).

Com efeito, todo esse arcabouço de ideias sustentadas por FHC e outros defensores tomou amplitude internacional nos anos 80, influenciando assim uma aliança de centro-direita na Venezuela, Argentina, Peru, México, Bolívia, além também de atrair um alinhamento da esquerda liberal, no sentido de apoiarem plenamente o programa de ajuste econômico imposto pelo Consenso de Washington em 1989, o que já era influência do neoliberalismo.

E esse Consenso passou a pressionar os países dependentes por meio da elevação da taxa de juros internacional, através do FMI, Banco Mundial, dentre outros organismos afins, de modo a usar as respectivas dívidas externas como forma de aprisionamento desses países



aos interesses do centro econômico, por intermédio de um sistema de drenagem dos excedentes econômicos dos países dependentes, produzindo estagnação e retrocesso social e econômico. Mergulhando assim, a região em políticas recessivas, abertura externa, desemprego, especulação financeira e exclusão social crescente.

Dependente, concentrador e excludente, essas são características centrais do desenvolvimento dependente, evidenciadas pela teoria da dependência e que foram agravadas na década de 80, através da subserviência à receita do Consenso de Washington, aprofundando dessa forma o fosso social na América Latina.

Nesse contexto, observa-se a confirmação de que as análises de Theotônio dos Santos no final dos anos 60, sobre a revolução técnico-científica, no sentido de que a expansão industrial na América Latina, não lograria êxito na sua suposta passagem ao patamar das indústrias dos países desenvolvidos. Mas sim, constata-se que os países do centro estavam em posição qualificada no processo de revolução pós-industrial, especializados em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de ponta, que gera novos serviços em áreas, como informação, lazer, cultura, dentre outras. Restando dessa forma, indústrias obsoletas e poluentes para os países com desenvolvimento médio.

Neoliberalismo

A Europa e EUA pós 2ª Guerra Mundial serviram de berço para o neoliberalismo, que usou como livro sagrado a obra “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek (ANDERSON, 1995) que foi escrito 1944. As ideias do autor surgiram como reação ao Estado intervencionista e ao Estado de bem-estar, sendo que as bases dessa rede de proteção social já estavam erguidas para além da Inglaterra em 1947, de maneira que Hayek reagia em tom de uma suposta denúncia à liberdade política e econômica, a qualquer tipo de intervenção do Estado no mercado, chegando a dizer, por exemplo, que a social democracia inglesa levaria a uma servidão moderna.

Assim, nessa esteira ideológica, buscando levantar uma frente de resistência contra o Keynesianismo e solidarismo, Hayek se reuniu com outros intelectuais que comungavam do mesmo pensamento e até inimigos do New Deal norte americano, na estação Mont Pèlerin, na Suíça, incluindo nomes como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, dentre outros, o que resultou na criação da Sociedade Mont Pèlerin, algo parecido com uma maçonaria liberal. Tendo os sindicatos e movimentos operários como inimigos, sendo apontados inclusive como destruidores das bases de acumulação capitalista, através da pressão por melhores salários e mais investimentos sociais pelo Estado, a investida neoliberal acusava o Estado de bem-estar promovido entre os anos 50 e 60, de destruir a liberdade dos cidadãos, o vigor da concorrência e assim afetaria o desenvolvimento de



todos.

Hayek e seguidores advogavam por uma estabilidade financeira acima de tudo, contenção de gastos sociais, o retorno de certa taxa de desemprego tida como importante. Além disso, eles defenderam desarticular o poder dos sindicatos, incluindo destaque para a defesa da desigualdade como algo positivo, indispensável e necessário para as sociedades ocidentais, o que dialoga com o processo histórico de surgimento e colonização da América Latina para atender as demandas capitalistas da Europa.

Assim como na sequência, verifica-se com a omissão de FHC sobre o fato da teoria da dependência gerar pobreza, já citados. Entretanto, essa agenda neoliberal não tinha qualquer espaço nesse momento, diante da fase de ouro do capitalismo, entre as décadas de 50/60, o que a fez ficar adormecida por vinte anos, aguardando o momento oportuno.

Com efeito, a chance decisiva para o neoliberalismo surgiu com a chegada ao poder de Thatcher em 1979, Reagan à presidência dos EUA no ano seguinte, e a partir de 1983 quase todos os países da Europa ocidental deram uma guinada à direita (ANDERSON, 1995), abrindo caminho para uma nova linha de políticas para além da crise econômica iniciada em 1973.

Nesse contexto, com a crescente tensão da Guerra Fria, na direção de mudanças favoráveis ao neoliberalismo, verificou-se o fato de que os EUA resolveram implantar uma nova geração de foguetes nucleares na Europa ocidental, como consequência da intervenção soviética no Afeganistão, ocorrida em 1978, o que criou uma tempestade perfeita para que Hayek e seguidores usassem a bandeira anticomunista, que por sinal está no cerne do neoliberalismo. Em termos de variantes do Neoliberalismo, nos EUA que quase não tinham um Estado de bem-estar no estilo europeu, observou-se que o foco foi à competição militar com a União Soviética, com vistas à quebra da economia russa, mas sem sucesso. Em política interna, o destaque ficou com Reagan que bateu recorde de gastos militares.

Entretanto, a forma mais fiel do neoliberalismo se verificou na Inglaterra, que dentre outras medidas estão altas taxas de juros, forte redução de impostos sobre os rendimentos altos, criaram níveis de desemprego elevados, reprimiram greves, impuseram uma nova legislação antissindical, cortes em gastos sociais, privatização de indústrias básicas como de aço, eletricidade, petróleo, gás e água. Sem esquecer, no entanto, que o primeiro laboratório do neoliberalismo foi implantado no Chile, sob a ditadura de Pinochet, em 1973. E, ainda, medidas semelhantes foram aplicadas não só lá, mas acompanharam a onda neoliberal que varreu o continente nos anos seguintes, isto é, Salinas, México em 1988, Menem,



Argentina em 1989, Fujimori, Peru em 1990, Itamar, Brasil em 1992, dentre outros. No caso do Brasil e da Bolívia, a preparação do terreno que receberia a semente neoliberal se deu a partir da administração da hiperinflação (OLIVEIRA, 1995), o que no caso brasileiro ocorreu no governo de Itamar Franco (1992-1995), de modo a tornar a sociedade mais receptiva ao remédio amargo prescrito pelo neoliberalismo, evitando embates com forças sindicais. Inclusive, Francisco de Oliveira (1995, p. 28) faz um comentário pertinente nesse contexto: “É este o programa neoliberal em sua maior letalidade: a destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais [...]”

Ou seja, essa agenda neoliberal irá lutar para banir os sindicatos e na sequência atacar direitos sociais, além de colocar a sociedade de joelhos, diante da redução do poder compra através da elevada taxa de inflação. Nesta escalada de avanço do capitalismo, através do neoliberalismo, torna-se imprescindível destacar o apreço pela desigualdade social, pela exploração humana, pela manutenção de um fosso com diversos recortes entre centro e periferia, em nome de um “bezerro de ouro” chamado lucro, em detrimento até da democracia. Nesse sentido, Hayek (apud ANDERSON, 1995, p. 20) tem algo a dizer: “A liberdade e a democracia poderiam facilmente torna-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico [...]”. Isto é, em defesa do lucro, até a liberdade e a democracia se tornam desprezíveis para os ideólogos do centro. José Paulo Netto (1995) alerta para que os opositores do neoliberalismo não se detenham apenas nas críticas, mas que apresentem propostas concretas de substituição a esse modelo, bem como se busque compreender o que levou ao êxito do avanço neoliberal. Destaca, inclusive, como efeito colateral do aprofundamento das desigualdades, a xenofobia, conflitos por motivações étnicas, dentre outros. Além de ressaltar que no caso brasileiro, a democracia não se traduziu em melhoria efetiva na vida da população mais simples, o que se transformou em descrédito na política, em desesperança, o que acaba favorecendo a pauta neoliberal

Considerações Finais.

É imperativo não perder de vista que o fio condutor que perpassa a *Teoria da Dependência* e o *Neoliberalismo* conduz à ofensiva do capitalismo para atender as demandas dos países ricos, usando para tanto instrumentos variados de dominação, através da exploração crescente dos países do Terceiro Mundo - principalmente da América Latina - pelo agravamento do fosso social entre centro e periferia, com diferentes atores históricos, ora sob as bênçãos da elite europeia, com destaque para a influência da Inglaterra, ora através de instituições como Banco Mundial, FMI, dentre outras, a serviço dos interesses dos EUA. Assim, de modo a manter em expansão um processo de espoliação dos países periféricos, há uma busca frenética por lucros exorbitantes, em benefícios dos países do centro e suas



corporações.

Ao se examinar o processo histórico do capitalismo dependente na América Latina, verifica-se certo diálogo ou aproximação com o neoliberalismo e alguns defensores da teoria da dependência, de maneira a impor uma subserviência ao centro econômico mundial, em detrimento de um desenvolvimento autônomo dos países da América Latina, que sofrem interferências de várias formas, inclusive militar, patrocinada direta ou indiretamente pelos EUA pós Segunda Guerra. Aliás, essa falta de zelo pela democracia é inclusive aceita com naturalidade pelo neoliberalismo, em defesa da mais valia.

Com efeito, a bandeira do neoliberalismo contra o intervencionismo do Estado no mercado, já poderia ser vista até mesmo quando essa corrente de pensamento ainda estava em fase embrionária, ao se observar a análise de Bambirra citada sobre o desmonte da indústria local em diversos países da América Latina na década de 50, abrindo caminho para exploração da numerosa mão de obra sem qualificação pelas multinacionais.

E nesse aspecto envolvendo mão de obra abundante, há também ponto de contato com a posição já exposta por Theotônio dos Santos, quando ele alerta que o desenvolvimento dependente não atenderá a demanda vinda do campesinato, sendo importante reafirmar que o neoliberalismo tem apreço por altas taxas de desemprego, a fim de não afetar o lucro, o que é garantido pelo baixo valor da mão de obra.

Referências

ANDERSON, Perry et al. **Balço do neoliberalismo**. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Disponível em: < <https://docero.com.br/doc/nvc8s05> > Acesso em: 11 ago. 2021

COZENDEY, Carlos Márcio B. **Instituições de Bretton Woods**. Disponível em: < <http://funag.gov.br/biblioteca/download/1079-instituicoes-de-bretton-woods.pdf> > Acesso em: 08 ago. 2021.

FERNANDES, Fernandes. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 144 p.

HAJE, José Alexandre Altahyde. **A Teoria da Dependência: Uma Contribuição aos Estudos de Relações Internacionais**. Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicohaje/article/viewFile/3776/3080> > Acesso em: 02 ago. 2021.



MARINI, Ruy Mauro. **América Latina Dependência e Integração**. Disponível em: < <https://biblio.imperialismoedependencia.org/textos-contemporaneos-tmd/america-latina-dependencia-e-integracao/>> Acesso em: 10 ago. 2021

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál. Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>>. Acesso em: 29 jun. 2021

NETTO, José Paulo, et al. **Repensando o balanço do neoliberalismo**. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 29-34, 1995

OLIVEIRA, Francisco de, et al. Neoliberalismo à brasileira. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 24-28, 1995.

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectiva**. 1998. Disponível em: < <https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTwR0dXSXZZb2trYjQ/view>> Acesso em: 01 ago. 2021

SOILO, Andressa Nunes. **DO EVOLUCIONISMO CLÁSSICO AO PARTICULARISMO HISTÓRICO NA ANTROPOLOGIA: PRINCIPAIS IDEIAS**. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/2541>> Acesso em: 20 jul. 2021.